

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.097 - PE (2019/0354623-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : GENIVAL DE LIMA SILVA
ADVOGADO : VINICIUS SANTOS BRITO - BA0047411
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GENIVAL DE LIMA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (0004024-62.2019.8.17.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi **preso cautelarmente em 1º/7/2018** pela suposta prática dos crimes de roubo majorado e organização criminosa armada.

Na ação originária, a defesa alegou excesso de prazo para a formação da culpa. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 21):

EMENTA: HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA QUE PRATICAVA ROUBOS. EXCESSO DE PRAZO. COAÇÃO ILEGAL. INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA

1. A realidade forense brasileira revela, no mais das vezes, a impossibilidade dos prazos legais serem alcançados. Por esse motivo, a jurisprudência brasileira passou a considerar que a não observação desses prazo não gera direito subjetivo *ipso facto* ao acusado de responder em liberdade ao processo crime. Incide, na hipótese, o princípio da razoabilidade, decorrente diretamente do princípio constitucional da duração razoável do processo;
2. Trata-se de processo com pluralidade de réus, o que demanda um tempo maior, sem, contudo, ferir o princípio da razoabilidade ou resultar em coação ilegal por excesso de prazo;
3. Ordem denegada.

Nas razões do presente recurso, a defesa reitera a alegação de excessiva demora no julgamento da ação penal, ressaltando o tempo de prisão

Superior Tribunal de Justiça

cautelar que se prolonga por um ano e seis meses, sem ter sido realizada uma única audiência.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do recorrente ou a substituição por medidas cautelares mais brandas.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, o Tribunal estadual entendeu não haver demora injustificada, como se depreende do seguinte trecho do acórdão (e-STJ fl. 23):

A realidade forense brasileira revela, no mais das vezes, a impossibilidade material dos prazos legais serem alcançados. Por esse motivo, a jurisprudência brasileira passou a considerar que a não observação desses prazos não gera direito subjetivo ipso facto ao acusado de responder em liberdade ao processo crime. Incide, na hipótese, o princípio da razoabilidade, decorrente diretamente do princípio constitucional da duração razoável do processo.

No ofício enviado pela autoridade coatora, as informações dão conta de que o processo possui certa complexidade, contando com 8 réus, que possuem residências em diversos estados ou encontram presos em unidades prisionais fora do estado de Pernambuco, sendo necessária a expedição de várias cartas precatórias.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da

Superior Tribunal de Justiça

impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, informando de maneira detalhada os eventos que acarretaram eventual demora no processamento da ação penal, bem como o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator